



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1005900-05.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**
 Requerente: **Elizabete Campos de Souza**
 Requerido: **Francisco de Souza**

Juiz de Direito: **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

1 Trata-se de ação de caráter voluntário em que a autora Elizabete Campos de Souza solicita a expedição de alvará para levantamento de resíduo de benefício previdenciário NB 21/128384573/0, a que faz jus o falecido genitora dela, Francisco de Souza.

2 A Lei nº 8.213/91, no artigo 112, prevê que serão pagos em quotas iguais aos dependentes habilitados perante a previdência social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento, o valor não recebido em vida pelo segurado, no âmbito da previdência social.

3 No caso dos autos, o óbito e a existência do valor a ser recebido foram comprovados, não há dependentes habilitados perante a previdência social, a autora comprovou ser herdeira do extinto e trouxe aos autos a anuência das demais herdeiras, irmãs dela.

4 Assim, acolho o pedido, **AUTORIZANDO** a expedição de alvará em nome de Tannia Ragusa, para que esta proceda junto aos órgãos competentes o levantamento dos valores não recebidos em vida pela segurada, Rosária de Nóbrega Ragusa, referente ao NB 21/128384573/0.

5 Julgo extinta a ação, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Custas pela parte autora e sem condenação em honorários de sucumbência em razão do caráter voluntário da ação.

6 Ausente qualquer interesse recursal (art. 1.000 do CPC), fica anotado o trânsito em julgado, ocorrido na data de prolação desta sentença, dispensado o lançamento de certidão pelo cartório.

7 Após a expedição de alvará, remeta-se ao arquivo.

8 P.I.

São Carlos, 29 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**